



Anais da Assembleia

Nº 22

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, regime de urgência para o trâmite do Projeto de Lei n.º 154/79, que cria o Distrito Administrativo de Borbonia, no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1980.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 17/80, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Papa João Paulo II.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja procedido, na ata dos trabalhos referentes a sessão de hoje, um registro especial pela grata presença entre nós do Excelentíssimo Senhor Embaixador da República Árabe Síria — ZUHAIR MURABET, uma das mais prestigiosas figuras do mundo diplomático, em razão de sua invulgar cultura e sensibilidade no trato da problemática internacional e, sobre-

tudo, pela grande e sincera amizade que dedica ao povo brasileiro.

Requer, ainda, que seja transcrito nos Anais da Casa, os termos do discurso anexo, proferido pelo Cônsul NASSIB ABDO ABAGE, por ocasião da instalação do consulado da República Árabe Síria, nesta Capital, no dia de ontem e que do presente, seja dado ciência aos mesmos.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, Dr. Douglas Souza Luz, solicitando a instalação de uma Sub-Estação de Transmissão de Energia Elétrica no Distrito de Santa Teresinha, Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação é consubstanciada pela população de Santa Teresinha, através de suas lideranças, conforme pode-se atestar através do pedido e justificativa anexa do Vereador Aldivo Wegner, representante da comunidade local.

Assim, chamo a atenção de Vossa Excelência ao elevado teor do reivindicado, considerando o progresso alcançado por Santa Teresinha com a movimentação em torno da Hidrelétrica de Itaipu, elevando a população distrital em 300%, ocasionando uma natural demanda no consumo de energia elétrica. Além disso, a instalação de hotéis e indústria no Distrito requer providências dessa companhia no sentido de efetivamente instalar essa Sub-Estação ora objeto dessa solicitação, pois o benefício é claramente necessário para a continuidade da escalada desenvolvimentista do Distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura, solicitando a implantação no Município de Toledo de um Núcleo daquela Secretaria, visando dar especial atenção à área geo-econômica encampada pelos órgãos regionais do Banco do Estado do Paraná e da ACARPA/EMATER-PR.

Requer, também, o envio de expediente, contendo o teor do presente, aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

1 — Toledo ocupa posição de destaque no contexto geo-econômico do Estado do Paraná, sendo que a agricultura e a pecuária formam o binômio de sustentáculo de sua economia em expansão. No setor agrícola, a influência da produção toledana contribui com vultoso contingente para o dimensionamento nacional do Paraná nessa área primária da economia.

2 — A pecuária, com o desenvolvimento vertiginoso de programas no âmbito da suinocultura e avicultura, consolidou, em Toledo, a Unidade da FRIGOBRA e determinou a implantação, neste município, de uma Estação de Avaliação de Carca-

cas, uma das quatro existentes no País. E Toledo, hoje, sedia órgãos regionais do Banco do Estado do Paraná S/A. e da ACARPA/EMATER do Paraná, mas a instalação de um Núcleo da Secretaria de Agricultura faz-se necessária, pois a liderança de Toledo é inofismável naquela área geográfica de influência comum.

3 — O presente requerimento, inclusive, atende solicitação firmada unanimemente pela Câmara Municipal de Toledo, conforme ofício n.º 066/80.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, exigindo do mesmo urgentes providências no sentido de que sejam sanadas as omissões verificadas em Dois Vizinhos, com relação ao ginásio, especificamente a extensão de Boa Esperança do Iguaçu, onde até o presente momento não estão sendo ministradas aulas, por motivos meramente administrativos. Que da decisão comunique-se, também o Sr. Governador do Estado e o Ministro da Educação.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Parece incrível, mas a realidade é dramática para os alunos do colégio de 2.º grau de Boa Esperança do Iguaçu, no Município de Dois Vizinhos, eis que até o momento ainda não tiveram aulas, porque os professores designados residem na sede do município e alegam não terem meios de locomoverem-se até o distrito para ministrarem aulas. A denúncia já foi formulada na Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, pelo Vereador Dr. Nereu Carlos Massignan, a mais de quinze dias e até o momento nenhuma providência foi tomada pelas autoridades educacionais, no sentido de iniciarem-se as aulas em Boa Esperança do Iguaçu. A responsabilidade cabe à Secretaria da Educação que desconheceu a dificuldade de locomoção dos Professores designados, porquanto no próprio distrito e, em condições de ministrarem aulas, existem professores habilitados; estes simplesmente foram ignorados e os responsáveis pela solução do problema estão omissos enquanto a comunidade se alarma com o descalabro administrativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando um policiamento efetivo junto a FACULDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Vários estudantes, grande maioria de moças, da Faculdade de Educação Musical do Paraná estão sofrendo diversos problemas quando deixam aquele estabelecimento, após o período de aulas. Situada à Rua Paula Gomes, local com pouca iluminação e com pouco movimento de pessoas durante o período noturno, as mulheres que por ali circulam tornam-se alvos fáceis para a sanha dos marginais ou mesmo dos paqueradores exagerados. Elas recebem todo o tipo de propostas além de ouvir piadas de mau gosto, sem ter a quem recorrer. A colocação de um plantão policial nas proximidades do colégio (dois ou três policiais) já estará tranquilizando os estudantes daquela Faculdade.

A maioria das jovens que estudam no período noturno são moças que trabalham durante o dia, aproveitando à noite para estudar. Já chegam à Faculdade com a carga psicológica de um dia de trabalho, enfrentam horas e horas de aula e no

final de tudo ainda são obrigadas a encarar uma série de convites maldosos. Um policiamento no local poderá acabar com este tipo de perturbação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do IPE, solicitando a instalação de uma Agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE, naquele Município de Araucária.

Município que vem contribuindo com destaque, para o progresso do Estado, em fase de crescimento e desenvolvimento faz jus a um atendimento mais eficiente por parte desse órgão previdenciário, mesmo porque, existem muitos funcionários públicos residentes naquele município e que necessitam de uma assistência médica e muitas vezes, não têm condições de deslocarem-se até Curitiba.

Esta solicitação prende-se ao fato também de que em outros municípios, talvez, de menor contribuição com o Estado, reivindicaram e através de estudos feitos pelo órgão competente daquele Instituto, foram atendidos.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, envio de solicitação de providências ao IAPAS e INPS para o Hospital de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1980.

a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A deficiência de pessoal e de equipamentos para a prestação de serviços de natureza clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica aos segurados constitui um dos mais graves problemas enfrentados pelo sistema nacional de assistência médica.

A grande massa de compromissos financeiros, como aposentadorias, pensões e outros benefícios tem sido um argumento fartamente utilizado pelas autoridades federais para justificar as limitações e deficiências do atendimento médico. Conforme dizem, os cofres da Previdência não dispõem de recursos suficientes para atender a todas as obrigações plenamente, o que compele o setor de assistência médica a procurar obter o maior rendimento possível da estrutura existente, embora a população esteja sempre crescendo e com isso, aumentando a demanda desses serviços.

No entanto, Senhores, a realidade está a nos mostrar que, muito mais do que a falta de verbas, a Previdência Social padece de um mal de consequências extremamente lesivas aos interesses da comunidade: a desorganização administrativa e a falta de planejamento.

O que ocorre é suficientemente ilustrativo da situação e justifica plenamente a minha crítica e requerimento. No município de Quitandinha, a 60 quilômetros de Curitiba, foi construído um hospital, concluído há mais ou menos um ano, sem ter sido colocado em funcionamento até o momento. A desculpa é sempre a mesma: falta de recursos para aquisição de equipamentos, instrumental e mobiliário.

Para nós, paranaenses, o que parece haver é um total descaso em relação aos problemas dos trabalhadores. Ora, se o hospital foi construído, algum estudo, algum levantamento levou os homens públicos a concluir pela necessidade de expansão dos serviços de assistência médica naquela região. Isso é indiscutível pois, infelizmente, nenhuma cidade deste País pode se gabar de que sua estrutura de atendimento hospitalar pública equivale ou supera suas necessidades.

Por outro lado, a edificação do hospital criou expectativas na população para depois frustrá-la com o não funcionamento.

A grande esperança do povo de Quitandinha, de dispor de um serviço médico razoável foi substituída pelo desencanto.

É de meu dever defender aqui os seus interesses, razão porque protesto contra a incúria do Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS). Também solicito a liberação das verbas necessárias ao funcionamento do hospital de Quitandinha, cujo maior benefício será o trabalhador rural, esse homem desassistido, sacrificado e prejudicado pela desastrosa política agrícola e social do Governo, porém louvado e glorificado nas teorias e projetos que continuam servindo para enganar o pequeno produtor rural e o homem que efetivamente trabalha a terra.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Coronel Haroldo Ferreira Dias, MD. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando ao mesmo, informações oficiais sobre o motivo da exoneração do recém nomeado por ato governamental, Doutor Carlos Alberto Neves, da Chefia da Delegacia de Polícia do Município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, prende-se ao fato escandaloso perante a opinião pública rondonense, pois após a exoneração do ex-titular daquela delegacia, e com a nomeação de um bacharel para o cargo, esperava-se que o panorama policial tomasse um novo rumo, com a elucidação de uma série de crimes lá ocorridos, e até então considerados como "insolúveis". A nomeação por ato governamental, segundo a própria imprensa comenta, e por se tratar de um bacharel, deixava a população mais tranqüila, pois ao assumir aquela delegacia de polícia, o seu recém nomeado titular, começava a por a casa em ordem. O serviço daquela delegacia começava a ser dinamizado, e a dinamização começa a se esboçar através do desenralhe de uma série de inquéritos, que ao nosso ver, colocará em pratos limpos, uma série de ocorrências até então encobertas.

Esse acontecimento ainda hoje, prende-se a uma série de fatos políticos. A pressão de políticos do PDS aqui mesmo em Curitiba, fizeram com que fosse reconduzido ao cargo o ex-delegado Alberto Mayer ao cargo do qual foi afastado, sendo substituído por um bacharel, e em menos de um mês, o delegado bacharel, foi exonerado do cargo, ficando publicamente constatada a participação política neste episódio.

A Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, está entrando com recurso administrativo para a recondução do delegado recentemente afastado do cargo por interferência política e deverá ir mais a frente se assim for necessário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata dos trabalhos legislativos, um voto de louvor e de congratulações à produção do programa "Sem Censura", levado à apresentação dos telespectadores ontem à noite, através da Televisão Iguaçu, Canal 4, de Curitiba.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Foi corajoso o tema abordado pela citada programação, mostrando uma faceta de nossos organismos policiais, desconhecido por muitos paranaenses e que envolveram sérias acusações de corrupção, ligados ao episódio do assassinato da professora Arlene Hansel. As acusações, corajosas, no nosso entendimento, merecem até mesmo, um pronunciamento de nossas autoridades ligadas ao setor de segurança pública.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar do PDS, INDICO para comporem as diversas Comissões Técnicas desta Casa, os nomes dos Senhores Deputados constantes da Relação em anexo.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Gilberto Carvalho
Augusto Carneiro
Airton Cordeiro
Luiz Alberto Martins de Oliveira
Leônidas Chaves
Ezequias Losso
Renato Loures Bueno

SUPLENTE

Egon Pudell
Werner Wanderer
Ruben Valduga
Lázaro Dumont
Del Ciel
Aguinaldo Pereira Lima
David Cheriegate

COMISSÃO DE FINANÇAS

Aguinaldo Pereira Lima
Gabriel Manoel
Quielise Crisóstomo da Silva
Del Ciel

SUPLENTE

Luiz Alberto Martins de Oliveira
Wilson Fortes
Werner Wanderer
David Cheriegate

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Antônio Facci
Egon Pudell
Francisco Escorsin
Aguinaldo Pereira Lima
Del Ciel
Gilberto Carvalho
Augusto Carneiro
Airton Cordeiro

SUPLENTE

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Ezequias Losso
Quielise Crisóstomo da Silva
Lázaro Dumont
José Domingos Borges Teixeira

SUPLENTE

Wilson Fortes
Jurandir Messias
Gilberto Carvalho
Túlio Zanchet

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Francisco Escorsin
Aguinaldo Pereira Lima
Egon Pudell
Antônio Facci

SUPLENTE

Augusto Carneiro
Ezequias Losso
Quielse Crisóstomo da Silva
Del Ciel

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Ruben Valduga
Lázaro Dumont
Werner Wanderer
Pinto Dias

SUPLENTE

Gabriel Manoel
Quielse Crisóstomo da Silva
David Cheriegate
Aguinaldo Pereira Lima

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cyro Martins
Ruben Valduga
Werner Wanderer
Ezequias Losso

SUPLENTE

Jurandir Messias
Del Ciel
Pinto Dias
David Federmann

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

David Cheriegate
Florivaldo Palácios
José Domingos Borges Teixeira
Cyro Martins

SUPLENTE

Ezequias Losso
Del Ciel
Renato Loures Bueno
Ruben Valduga

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Werner Wanderer
Jurandir Messias
Del Ciel
Airton Cordeiro

SUPLENTE

Antônio Facci
Aguinaldo Pereira Lima
Egon Pudell
David Cheriegate

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Túlio Zanchet
Luiz Alberto Martins de Oliveira
Wilson Fortes
Gabriel Manoel

SUPLENTE

Pinto Dias
José Domingos Borges Teixeira
Lázaro Dumont
Antônio Facci

COMISSÃO DE POLÍCIA

José Domingos Borges Teixeira
Pinto Dias
Ruben Valduga
Cyro Martins

SUPLENTE

David Cheriegate
Gabriel Manoel
Leônidas Chaves
Antônio Facci

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Renato Bueno
Túlio Zanchet
David Federmann
Florivaldo Palácios

SUPLENTE

Wilson Fortes
Jurandir Messias
Leônidas Chaves
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Rosário Pitelli
Del Ciel
Augusto Carneiro
Leônidas Chaves

SUPLENTE

José Domingos Borges Teixeira
Werner Wanderer
Gabriel Manoel
Luiz Alberto Martins de Oliveira

COMISSÃO DE TURISMO

Rosário Pitelli
David Cheriegate
Pinto Dias
Quielse Crisóstomo da Silva

SUPLENTE

Airton Cordeiro
Gabriel Manoel
Florivaldo Palácios
Aguinaldo Pereira Lima

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Wilson Fortes
Jurandir Messias
Gabriel Manoel
Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Renato Loures Bueno
Florivaldo Palácios
David Federmann
Túlio Zanchet

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 23/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche "ANA LOPO CANET", com sede e foro na Cidade de Congonhinhas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1980

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública é de caráter beneficente, sem fins lucrativos e tem por finalidade amparar a criança necessitada, economicamente e moralmente, sem distinção de raça, cor, sexo e credo religioso.

Desta forma, contamos com o apoio e aprovação dos ilustres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 24/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Pranchita, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado dos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, com as seguintes divisas:

tomando como ponto de partida o extremo oeste da linha seca do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo e Canzi, onde a mesma parte, da margem direita do Rio Santo Antônio, e deste ponto, segue-se no extremo este, pela mencionada linha seca, que numa altura tem uma deflexão para a direita, e segue até a cabeceira, do Arroio Mico em confrontação com os proprietários rurais Vitório Roveda, Germano Giongo, Loreno Fassini, Etvino Riser, Adelino Rama, Herdeiros de Leonardo Giongo, Irineu Sandri, João Rides, Atílio Nodari, Valeriano Magnani, Quintilio Giongo, Olívio Milani, Arlindo Vilani, Ottasir Pezzini, Danilo Giongo, Zenir Giongo, Irineu Valdecir Petri Machado, Jordano Forma, Daniel Sagrilo, Marco Deponte, Anildo Bonet, Luizinho Magioni, Elvo Bonet e Herdeiro de José Canzi. E desta cabeceira, do Arroio Mico, seguindo-se o mesmo abaixo até sua foz do Rio Capanema, em confrontação com o Município de Pérola d'Oeste. E desta barra, seguiu-se o Rio Capanema acima em confrontação, com o Município de Ampère, até a embocadura do Rio Valdomeira, e este seguiu-se acima até sua cabeceira, e desta seguiu-se por linha seca no extremo sul, confrontando com os proprietários rurais, Alcides Garaldi e Pedro Correia. E por outra linha seca, no extremo oeste, com Pedro Correia, Roberto Feliz Frizzo, Fliriano Voiczick, João Pazza, Claudino Pazza e Gertun Bier, assim chegou-se na cabeceira do Arroio Autora e seguiu-se, pelo mesmo abaixo até sua Foz no Rio Santo Antônio. Esta extensão da Foz do Rio Valdomeira até a do Arroio Aurora, confronta com o remanescente do Município de Santo Antônio do Sudoeste. E da Foz do Arroio Aurora seguiu-se o Rio Santo Antônio abaixo confrontando com a República Argentina, até o ponto de partida, na linha seca do quilômetro 24. (área total de 340.525 km².)

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1980

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

O sudoeste paranaense, vem apresentando considerável surto desenvolvimentista graças à riqueza de suas terras bem da garra e fibra da sua laboriosa população, que não descança em busca do progresso do nosso Estado e da Nação brasileira. Esse desenvolvimento vem ocasionando o crescimento dos mais elevados na agricultura, com conseqüências nos demais setores sócio-econômico, político e cultural.

Nesta situação é que se apresenta o atual distrito de Pranchita no Município de Santo Antônio do Sudoeste, pleiteando a sua emancipação, para que o seu crescimento não venha a sofrer solução de continuidade. O anseio da sua laboriosa e ordeira população está a exigir que a sua comunidade possa através da sua independência municipal continuar a desenvolver e com isso colaborar na continuidade do progresso do nosso Estado e do nosso País.

A documentação que anexamos ao processo, comprovam o preenchimento das condições para que aquela comunidade possa ser elevada à categoria de município.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável, profundamente lamentável, verificarmos em que estado chegou a organização encarregada da segurança pública em nosso Estado.

Os problemas na área de segurança vêm se arrastando de há muito tempo, de alguns anos, mas não imaginávamos que pudéssemos chegar a essa vergonha que hoje a nossa polícia se situa. Nós temos conhecimento de vários casos que ficaram sem solução, onde o envolvimento das forças ocultas "aspas", se fizeram presentes.

Aí está, para aqueles que acompanham a seqüência dos acontecimentos policiais de Curitiba, um caso, comentado, comentadíssimo do professor Ariel Clóvis de Assunção Miranda, homem íntegro, capaz, responsável. Ele foi morto e até hoje, ninguém sabe por quem, mas, na época, um delegado que hoje está sendo bastante comentado, o doutor Durval Simões, procurava os repórteres a toda hora e a todo instante, e envolvia nomes de muitas pessoas, inclusive de uma médica que foi bastante prejudicada. E ficou tudo o dito pelo não dito e até hoje o crime sem solução, e muita gente envolvida e implicada e passando por situações difíceis.

Agora, surge um novo crime em Curitiba e tudo faz indicar que seguirá o mesmo caminho. O crime do economista, do bancário Sílvio de Luca. Nomes de pessoas sendo envolvidos, pessoas sendo citadas. O crime foi latrocínio? O crime foi passional? O crime foi por vingança? Daqui a pouco a vítima vai passar a ser criminoso, e nada se comprova. Apenas comentários e policiais dando entrevistas e a polícia ficando desmoralizada. Ontem à noite, um crime acontecido há tempos passados em Curitiba, que nós conhecemos detalhe por detalhe, fato por fato, porque somos ligados por laços de amizade com o Sr. Rodolfo Hansel, que desde o momento em que sua filha foi morta, está vivendo um drama e o drama maior que ele vive é porque sabe que aquele que está na cadeia, não foi quem matou a sua filha. E ele está gastando para provar a inocência, daquele que é apontado pela polícia, como matador da sua filha.

E ontem a nossa polícia foi chamada frente à frente pelo Sr. Rodolfo, de corrupta. E hoje é o comentário de toda a cidade. Então, a nossa polícia está em crise. Crise sem precedentes, porque semana passada, dois trabalhadores, dois ope-

rários que moram em bairro onde tenho influência política, foram presos, entraram no famigerado pau de arara, e eles falaram isto ontem na frente de delegados de polícia e os dois delegados ficaram quietos, fizeram ar de riso, dizendo: "eles estão mentindo". E os rapazes tiveram a coragem, o peito e a raça, dizendo: "mentindo não, estão aqui as marcas doutor", e levantaram a camisa e mostraram para os repórteres verem e daí, os policiais ficaram quietos. E veio daí, o superintendente da delegacia e disse: "é, realmente eles não têm nada com o problema".

Entraram e foram obrigados a confessar na "marra". Ontem estive em meu gabinete, um garoto com o braço quebrado, um garoto de 19 anos, acusado de um furto aqui em Pinhais. Quebraram o braço do rapaz e não provaram nada e depois mandaram embora e disseram: "olha, não vai contar nada para ninguém porque se não você volta".

Esta é a situação da nossa polícia, afora, quando se telefona para uma delegacia e dizem: "não podemos atender a ocorrência porque não temos gasolina, não temos policiais, agora não podemos registrar queixa porque está fora do expediente". Então está uma baderna, isto em Curitiba, na Capital do Estado, cidade de quase um milhão de habitantes. E então, no interior do Estado como é que estão as coisas?

E nós somos do partido do Governo, precisa acabar com essa história de políticos indicarem delegados, de políticos mandarem na delegacia. É preciso acabar com isso, não podemos continuar. É um assunto que vou levar à frente, é um assunto que vou levar a longo. Porque não aceito e não posso aceitar intromissões políticas em mando de delegacia etc. Não é possível continuarmos isto, porque a nossa polícia, e lamento dizer isso porque tenho amigos dentro da polícia, está vivendo o quadro mais negro de sua vida, de todos esses anos.

E tenho 15 anos de reportagem policial. E para completar, Sr. Presidente, quero encaminhar um requerimento em que solicito a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de aplausos e congratulações ao programa "Sem Censura", do Canal 4, que teve a coragem de mostrar o quadro real do crime da minha querida Arlene, que foi assassinada brutalmente e até hoje os verdadeiros criminosos estão por aí passeando e até no exterior, vivendo "numa boa".

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A escola do arbítrio que se implantou neste País, conseguiu formar alunos em todos os recantos da nossa Pátria, alunos esses, que põem em prática os ensinamentos recebidos, a todo o instante, para provar que são seguidores do que aprenderam.

E, é com tristeza que assistimos a prática de abuso do poder a se consumir a todo o momento em diversos municípios de nosso Estado, e hoje vimos a esta tribuna para denunciar o que ocorre no Município de Peabiru, onde um aprendiz fiel do regime ditatorial instalado neste País, usa e abusa do poder discricionário, prejudicando toda uma coletividade, ávida de progresso, de paz e de tranquilidade.

O Sr. Jorge da Silva Pinto, Prefeito do Município de Peabiru, é mais um dos arbitrários criados pelo regime de exceção que assistimos de há muito neste País.

Não aceita o mesmo, as críticas, sugestões que os munícipes lhe fazem e usa mesmo da força para intimidar aqueles que se opõem ao seu sistema de administrar a coisa pública, como se fosse o município sua propriedade, onde ele faz o que quer e o que deseja, pois assim afirma: "quem manda aqui sou eu e não tenho satisfações a dar a ninguém".

O menosprezo com que são tratados os moradores de Peabirú, a falta de sensibilidade para resolver os problemas que angustiam a população daquele município é uma constante da administração do referido Prefeito, que deixa de fazer estradas ou melhorá-las quando as mesmas ficam em propriedade da oposição ou daqueles que a ele se opõem, como se esses não fossem contribuintes do erário público municipal.

A prova do que afirmamos, está publicada no jornal "Folha de Londrina" edição de 30/03/80, onde em sua manchete, diz: "Prefeito de Peabiru acusado por perseguição e agressão moral".

A referida perseguição e agressão moral foi consumada contra o Sr. Adir Manoel da Silva, Presidente do PMDB local, porque o mesmo não sendo atendido em sua reivindicação, quanto à melhoria de estrada que margeia sua propriedade, resolveu solucionar o problema com suas próprias máquinas, tendo sido impedido, inclusive, com a "força policial" local que, a serviço do Prefeito, agiu como se age contra verdadeiros marginais, esquecendo que o atual Presidente do PMDB é pessoa que goza de largo conceito na cidade, e que é, inclusive, fundador do referido município.

Não vimos fazer aqui exclusivamente a defesa do Presidente do PMDB de Peabiru, apesar de que isso é um direito que assiste ao mesmo, mas também para denunciar o arbítrio que se instalou naquele município, fruto da incompetência, de homens despreparados para administrar a coisa pública, os quais compensam a sua incapacidade, cometendo contra cidadãos ordeiros, honrados e pacíficos, atos de abuso de poder, como este que aqui citamos, inclusive com a cobertura dos órgãos de segurança, entendemos que a segurança devia proteger ao povo e não garantir o abuso do todo poderoso.

Mas, aqui, queremos mais uma vez condenar o "famigerado mando político" que põe a autoridade a serviço dos incompetentes e incapazes, como é o caso que hoje narramos.

Portanto, encarecemos à liderança do PDS nesta Casa, para que interfira junto ao seu correligionário do município citado para que o seu povo tenha paz e possa fazer o seu desenvolvimento.

E ao Sr. Prefeito arbitrário, só temos a dizer que o mandato que o mesmo detém é fruto da vontade popular, pelo povo lhe foi outorgado, portanto, ao mesmo ele deve respeito e, principalmente, atendimento de seus desejos e aspirações".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vencida a etapa relativa ao confisco cambial indireto da soja, tendo caído o imposto de exportação, pela mobilização dos agricultores, há agora, na agricultura, uma expectativa e uma preocupação impostergável que é o problema relativo à política do plantio do trigo. Se por um lado, o preço mínimo fixado pelo Governo, de Cr\$ 710,40 a saca de 60 quilos e este preço ainda que estabelecido nesta faixa é considerado insuficiente, pior do que isto, desta reclamação e desta indignação, é o valor do PROAGRO fixado em oitenta por cento apenas do cálculo oficial. Isto para efeito de financiamento. E sobre estes oitenta por cento pesa uma taxa de três por cento de juro, para segurança do financiamento e não propriamente da área plantada.

No ano passado, a fixação deste juro era feito com base de um por cento deste valor e o valor básico de financiamento era relativo a cem por cento e não apenas oitenta por cento, em caso de frustração.

Na safra de 1979, de trigo, 78-79, o Paraná foi o maior produtor brasileiro, responsável por sessenta por cento de toda

a produção nacional e com uma produtividade que nunca no Brasil se tinha conseguido, de até 1.600 quilos por hectare. Mais uma vez o Governo e a representação política situacionista nesta Casa, nada fizeram e nada fazem para que quadro, inusitado, controvertido e completamente estranho aos interesses do Paraná, possa ser alterado. Nada se fez e nada se faz.

As decepções da agricultura vêm se multiplicando no dia a dia. No caso da soja, deixaram o Rio Grande do Sul levantar-se e vencer praticamente sozinho a luta contra o problema do confisco cambial; e aqui, vozes esparsas, apenas se levantaram neste Parlamento para tomarem posições firmes e austeras, exigindo do Governo uma posição coerente com este Estado agrícola, o que não aconteceu.

Sejam os coerentes. Os agricultores esperam da classe política a coragem de que cada vez um e todos vistam a camisa desta batalha e empreendam uma luta verdadeiramente objetiva, no sentido de regularizar a situação da lavoura de trigo no Paraná e no Brasil.

É oportuno que o Governo e os políticos paranaenses, de uma forma global, decidam esta incongruência da política de preço mínimo e de valor básico de financiamento do PROAGRO, dos juros, que até agora, por estas razões, vêm frustrando inclusive as áreas de plantio e a tomada de posições de cooperativas e dos agricultores.

A omissão, Sr. Presidente, chega a ser vergonhosa, desmoralizante, para um Estado eminentemente agrícola, como é o Paraná. E os seus agricultores pedem austeridade, firmeza, liderança, num movimento que há de fazer sentir até o Planalto quieto e frio de Brasília.

Os efeitos desta omissão são iminentes e a retração deste plantio trará, inevitavelmente, desemprego na área rural, faixa de arrecadação de ICM, encarecimento do custeio de outras culturas, - culturas principalmente de verão, dificuldades para os produtores de sementes, maior importação e conseqüente comprometimento das divisas e de dívida externa, agravamento de crise nos setores comercial e industrial principalmente do Paraná, que é aonde tem sua maior produção.

Por esta razão, Sr. Presidente, se o Governo não ajustar estes erros básicos, as cooperativas e os agricultores devem, a partir de agora, começar um outro movimento para não plantar mais um grão sequer de trigo. Só assim talvez o Governo tomará uma posição coerente porque o Governo do Paraná, com o devido respeito que o cargo merece, nós temos visto omissão e posicionamento retardatário quando já não tem mais influência nas determinações a nível de Governo Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, se as lideranças não se mobilizarem, o fracasso trará o desalento e uma única certeza: o Paraná é um Estado carente de homens que, acima de seus interesses, buscam a grandeza de sua gente e postergam sobretudo os interesses econômicos, sociais e políticos do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra, com satisfação, a presença, em nosso plenário, do Sr. Alcílio Dias dos Reis, Prefeito de Santo Antônio da Platina; bem como do Sr. Adriano Mantovani, Vice-Prefeito desse município; e dos Vereadores Jorge da Silva Pimenta, Levi Resende, José Vilani, Alceu Garbelini; Dirceu Alexandre Gomes, Sebastião Garcia Neto.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou endereçando ao Sr. Secretário da Educação, um pedido de providências. Ou melhor, Sr. Presidente, tenho a pretensão de exigir que a Casa exija do Sr. Secretário da Educação e Cultura, providências imediatas para uma verdadeira aberração que vem acontecendo no Município de Dois Vizinhos.

É muito lógico que por ser um representante da oposição que faz uma denúncia dessas, possa parecer aos representantes do Governo nesta Casa, que se trata, na verdade, de um caso de alguma irregularidade administrativa. Mas o que ocorre em Dois Vizinhos, vai muito além da irresponsabilidade, da omissão, da falência do nosso sistema educacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe um colégio em Dois Vizinhos que ainda as aulas não foram iniciadas neste período letivo, pura e simplesmente por omissão, por interferência política. E se falou agora há pouco que deve cessar a interferência política na nomeação de delegados de polícia aqui no Paraná, é hora também que esse maldito comando político pare, também na educação.

Um colégio no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, há mais de 40 dias desde que se iniciaram as aulas, não estão sendo realizadas aulas. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Influência, interferência, deste nefasto comando político, que escolhe professores, que discrimina professores para lhes atribuir as aulas. Boa Esperança do Iguaçu, um distrito situado a 40 km da sede do Município de Dois Vizinhos com uma comunidade de mais de 100 alunos, onde funciona uma extensão do ginásio de Dois Vizinhos. Até agora, as aulas não foram iniciadas pelo seguinte motivo: os professores designados para ministrarem tais aulas, residem na sede do município. Estes professores sempre foram protegidos pelo comando político e pela inspetoria do ensino. Estes professores simplesmente exploravam professores residentes no distrito, que davam as aulas e os professores designados, recebiam e rachavam as aulas.

A passagem de quando em vez, os professores titulares iam ao interior, era suportada pelos pais dos alunos. Pois bem, tanto os alunos como os pais, resolveram não mais pagar esta passagem, este taxi, porque efetivamente o Estado tem a responsabilidade em patrocinar a condução aos professores, e aqueles professores que lecionavam, que davam as aulas no nome dos outros, também pararam de ser explorados. Pararam essa exploração e não mais deram aulas. O que ocorreu? Ocorreu que os professores designados não querem gastar do seu bolso - e acho até justo isso - então simplesmente não estão se realizando aulas naquele colégio.

Estaria tudo certo se não houvesse denúncia, se não houvesse protesto, mas na Câmara Municipal de Dois Vizinhos, aprovado por unanimidade, uma proposição de um vereador de lá, que denunciou há mais de 20 dias esta omissão e, até o momento, telefonei hoje para aquela comunidade, nada se resolveu, e os pais dos alunos ficam se perguntando, se vai ser necessário passar um semestre inteiro sem que seus filhos tenham aula, ou se esses pais dos alunos vão ter que pôr novamente as mãos nos bolsos e pagarem a passagem para os professores irem ministrar as aulas.

Então, Sr. Presidente, é o apelo que faço à Liderança do Governo nesta Casa, que dê conhecimento ao Senhor Secretário da Educação, que talvez desconheça dessa grave irregularidade, e dessa omissão do poder público, para que sejam tomadas as imediatas providências, no sentido de aqueles alunos, que não querem mais nada, do que simplesmente ter aulas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a

palavra ao Senhor Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

“De autoria do Deputado José Tavares tramita nesta Casa um requerimento que tem por escopo a solidariedade ao Professor Albert Sabin, em virtude dos desagradáveis acontecimentos que ganharam manchetes no Brasil inteiro.

Ninguém pode negar que o Professor Albert Sabin - um cientista venerado no mundo inteiro - nada mais desejou

do que oferecer uma generosa e desinteressada cooperação.

Albert Sabin - um dos mais eminentes e beneméritos cientistas do Século, descobridor da vacina antipoliomielite, vem ao Brasil e acaba por denunciar as dificuldades para o combate à poliomielite, em virtude dos problemas burocráticos.

E parece que o que mais desagradou aos burocratas do Ministério da Saúde foi a afirmação contundente do cientista ao dizer que "falsas estatísticas provocam mortes que poderiam ser evitadas".

A pergunta que fica é se existe quem acredite que haja no exterior uma só entidade científica que ponha em dúvida a palavra do Professor Albert Sabin em confrontação com a do Sr. Valdir Arcoverde.

A propósito deste assunto, merece um registro especial o artigo de Adirson de Barros, ao tratar do Ministro das Doenças.

Começa por afirmar o Brasil, um País exótico.

Há alguns anos o Ministro da Saúde demitiu a poliomielite de seu Ministério. Incapaz de vencer a epidemia de pólio, preferiu usar das prerrogativas ministeriais e exonerou a pólio de sua responsabilidade.

A pólio sumiu do noticiário da imprensa, até que recentemente constatou-se uma epidemia no Paraná. Ela fora demitida do Ministério da Saúde, mas não fora expulsa do território brasileiro.

O Dr. Sabin com sua responsabilidade de cientista que descobriu a vacina, manifestou o interesse em ajudar o Brasil na guerra contra a pólio. Tornou-se uma espécie de assessor de alto nível do Ministro da Saúde. Começou a trabalhar. De graça. Por amor à arte e ao Brasil.

Mas sendo apenas um importante cientista, o Dr. Sabin traçou uma estratégia de guerra à pólio e exigiu estatísticas. Não há estatísticas. Não sabemos quantos brasileiros são atacados pela pólio, assim como nem o IBGE nem o Ministério da Saúde sabem quantos brasileiros são vítimas das doenças de massa.

O Dr. Sabin não sabia que acabaria sofrendo a repressão da alta burocracia de Brasília. Pediu instrumentos de trabalho e lhe disseram não.

Afinal, os burocratas vivem dos problemas e não das soluções.

Se há soluções o burocrata perde seu DAS - glória maior da burocracia brasileira. E entre manter o DAS e derrotar a pólio, os burocratas da Saúde preferiram o DAS.

Resultado: O Dr. Sabin foi demitido de sua função.

Há alguns anos a pólio foi demitida do Ministério da Saúde.

Agora o mesmo Ministério demite o inventor da vacina que mata a pólio.

E na conclusão a lembrança de que o Dr. Sabin, desanimado, derrotado pela burocracia brasileira, voltou à sua Universidade da Califórnia de onde não deveria ter saído para incomodar os burocratas brasileiros.

Na verdade - é a frase final: Não temos Ministro da Saúde. Temos sim, um Ministro das Doenças".

Na verdade, esta Casa ontem já deveria ter recebido, discutido, e votado o requerimento ao qual me refiro, entretanto, mais uma vez, à falta de "quorum" que tem sido observada na fase dos requerimentos, quando a bancada oposicionista é majoritária não permitiu, e não sabemos se hoje, amanhã ou depois irá permitir o julgamento. Mas enquanto isto, entendendo que seja um assunto que deva merecer a atenção de todos, porque está em jogo na grande verdade a figura do Brasil perante os cientistas do mundo inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre

Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, hoje, para apresentar o meu voto de satisfação por ter o Governo Federal desapropriado área no sudoeste do Paraná.

E ao fazê-lo, o faço com muita tranquilidade, porque assisti de perto a luta empreendida por colonos e seus sindicatos para conseguir tal desapropriação. Já no ano passado, mais precisamente no dia 20 de fevereiro, compareci como convidado de uma reunião no interior do Município de Marmeleiro, onde colonos expuseram a sua situação perante firmas colonizadoras daquele município. Expus àqueles colonos, a falta de poder do chamado Poder Legislativo e fui sincero com os mesmos, dizendo que apenas através de uma pressão popular, através dos sindicatos que representam aqueles colonos, poderíamos em conjunto, chegarmos a uma solução.

Foram vãs as tentativas junto aos proprietários daquelas áreas de terras, no sentido de que regularizassem a situação dos ocupantes das mesmas, ocupantes estes, inclusive que já haviam pago as mesmas. Muitas outras reuniões foram feitas, os Srs. Deputados da região foram convidados para essas reuniões e sempre as soluções prometidas tardavam. Por uma feliz coincidência, quando no último dia 4 de abril, se reuniram doze Sindicatos, juntamente com o Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, juntamente com o Deputado Federal Euclides Scalco e o Bispo Diocesano de Palmas, Dom Agostinho Sartori, quando os colonos resolveram lançar um manifesto reivindicatório em que exigiam a desapropriação das terras que ocupam, por uma feliz coincidência nesse mesmo dia o Governo Federal, através do INCRA, desapropriou aquelas terras.

Por isso, Srs. Deputados, nesta oportunidade, subo à tribuna para parabenizar-me com os ilustres colonos do Município de Marmeleiro e parte de Francisco Beltrão, que através de uma pressão popular se fizeram ouvir junto às mais altas esferas do Governo Federal, demonstrando claramente que a união realmente está fazendo a força.

No mesmo dia, ou praticamente nos mesmos dias em que o confisco da soja por pressão popular caía, também aquela reivindicação do colono lá do Sudoeste foi atendida.

Quero, desta tribuna, também cumprimentar o Sr. Presidente do INCRA, que atendendo a reivindicação daqueles colonos, levou ao Sr. Presidente da República o Decreto que desapropriou as terras. Creio que este fato demonstra claramente a necessidade da efetiva participação do povo nas decisões do seu destino. Se o Governo Federal procedesse sempre assim, ouvindo os legítimos reclamos da nossa população, provavelmente o artigo de fundo do jornal "O Estado de São Paulo" de hoje, não viria com alta dose de pessimismo quanto ao futuro da chamada abertura em nosso País. Pois, o editorial daquele jornal vê com muito pessimismo os dias futuros de nossa Pátria, pela falta de diálogo entre povo e governante.

Pedimos, neste momento, a Deus, que ilumine os Srs. governantes e tenham nesse exemplo lá do longínquo sudoeste, das reivindicações realmente populares atendidas, que ilumine os Srs. governantes e que atendam os demais pedidos do povo brasileiro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra, com satisfação, em nosso plenário, a presença do Sr. Antônio Vicente do Carmo, Vereador de Iporã.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O debate parlamentar, travado ao calor que alguns assuntos provocam, não nos permite avaliar muitas vezes com exatidão o que é dito no plenário. É necessário recorrer às notas

taquigráficas, analisar com todo o cuidado e atenção e relendo cada linha dos pronunciamentos aqui feitos, para nos apercebermos com clareza do seu significado e das repercussões que elas podem provocar na opinião pública.

E faço essas observações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de ler e reler com cuidadosa atenção as notas taquigráficas da sessão do dia 12 p.p., quando o nobre Deputado Fiori Luiz e aqui quero esclarecer que não abordei antes este assunto pela ausência do nobre Deputado.

Hoje ele está em plenário, aproveito a oportunidade para contestar o que Sua Excelência disse naquela oportunidade.

Naquela oportunidade, o nobre Deputado Fiori Luiz, em nome do seu partido e com o apoio de outros representantes da Oposição, endossou acusações irresponsáveis e até odiosas, contra a pessoa e a honra do Sr. Governador Ney Braga.

Certamente o nobre Deputado tentará fazer a sua defesa, alegando que apenas leu, para conhecimento desta Casa, as infâmias, que uma publicação à cata de afirmação e de leitores aproveitando-se também da liberdade de imprensa, assacou contra o Chefe do Executivo Estadual. Felizmente também tudo que conseguiu, foi demonstrar para os menos avisados que chegaram a ler suas manchetes, foi confirmar perante o povo do nosso Estado, o enquadramento da sua linha editorial. Se é que tal linha existe. Entre os mais abjectos exemplos do jornalismo sensacionalista, que se nutre nos monturos da calúnia, da difamação e da injúria, divulgando acusações anônimas, sem provas, quando não, a mentira pura e simples.

Nós, membros da bancada do PDS nesta Casa, não aceitamos a colocação feita. Ou melhor, a ridícula alegação de que o silêncio do Sr. Governador, no episódio, representaria a hipótese absurda, de que quem cala consente. Também nós temos o direito de interpretar como covardia, o recurso de fazer constar nos Anais desta Assembléia, acusações contidas em presumidos documentos oficiais, como Sua Excelência destacou ou em relatório anônimo, como confessa o próprio jornal que serviu de base ao pronunciamento do Sr. Deputado Fiori Luiz. E disse covardia, Sr. Presidente, nobres Deputados, pois ao oficializar em nome do seu partido, as calúnias e injúrias contidas na pseudo reportagem, fazendo-a registrar nos Anais desta Casa, o nobre Deputado Fiori Luiz teve a precaução de afirmar que não fazia acusação direta, mas tão somente expunha o que o jornal noticiou. Mas o embuste como a mentira, têm as pernas curtíssimas e não pode fugir por muito tempo, à luz da verdade. Porque logo a seguir o nobre Deputado Fiori Luiz identificava-se com os autores da publicação, exaltando-os como "valerosos jornalistas de Londrina". E afirmando que o "Paraná Repórter" não tem medo de comprar uma briga como esta.

Mais adiante, justamente ao final do seu pronunciamento, contra a honra e a pessoa do Governador do Estado, o nobre Deputado Fiori Luiz desmascara as verdadeiras intenções do seu proceder e do caminho que pretende adotar na representação daqueles que lhe deram seus votos, fazendo uma pregação de violência e de ilegalidade, ao conclamar a implantação no País de um "Esquadrão da Morte", para assassinar autoridades que qualquer presumido documento oficial, ou relatório anônimo, elaborado pelo sectarismo político, por interesses inconfessáveis, acuse de corrupto.

São suas estas palavras textualmente retiradas das notas taquigráficas, da sessão a que aludi: — "Eu ficaria contente, se ao invés de Esquadrão da Morte no Rio aniquilar os pobres dos coitados que roubam para matar a fome, liquidassem de vez, com todos os corruptos neste País, começando lá em cima, em Brasília. Ia faltar bala, disso eu tenho certeza; ia faltar parede para encostar esses ladrões oficiais."

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, creio que bastaria o exemplo desse trecho do pronunciamento do nobre Deputado

da Oposição, para comprometer o decoro e a respeitabilidade desta Casa, e porque não dizer, do próprio Poder Legislativo, como instituição, perante a opinião pública, de um povo pacífico, ordeiro e respeitador, como é o povo paranaense.

Bastaria esta infeliz profissão de fé, para aumentar o arsenal de argumentos, daqueles que vêm nas representações populares, em todos os níveis do Legislativo brasileiro, um peso morto, um peso morto para a Nação, e enfraquecer a causa daqueles que como nós, defendemos as prerrogativas e os direitos fundamentais dos Parlamentos, como única arma capaz de fazer respeitar o regime democrático e como instrumento essencial para o aperfeiçoamento dos costumes políticos.

Há muito mais, no entanto, nos registros daquela sessão, para ser comentado com os exemplos de atitudes que podem contribuir, para levar ao descrédito a atividade política, tão necessitada de fortalecimento, de apoio popular, de respeito da opinião pública, no momento presente.

Uma dessas atitudes é a repetição monótona de acusações sem provas, por parte de alguns representantes da Oposição. De supostas práticas de corrupção passadas e atuais, por parte de titulares de cargos públicos. A gravidade maior desse procedimento, é a comprovada intenção de atingir à dignidade, denegrir a honra e enxovalhar o nome dos homens públicos que não participam do mesmo rebanho da Oposição.

Tudo isto, com objetivos de assegurar votos futuros a qualquer preço, mesmo que esse preço seja a honra alheia, mesmo que esse preço seja o prestígio da classe política, cada vez mais abalado pelos escândalos anunciados, divulgados, entretanto, raramente comprovados. E o que nos leva a esse entendimento? O que nos leva a afirmar que o interesse de tais denúncias não é verdadeiramente apurar possíveis fatos delituosos de alguma autoridade prevaricadora, mas tão somente, criar o tumulto e provocar confusão, na tentativa de envolver todo e qualquer opositor, nas sombras e suspeitas difusas, nebulosas, indeterminadas que permitam depois a exploração destas acusações genéricas e falsas.

O que vem ocorrendo ultimamente no nosso Estado, nos dá a chave e a resposta para essa questão.

É muito significativo o fato de homens até ontem considerados sérios, honrados, dignos, modelos de democratas, de cidadãos, de políticos, movidos até então por elevados princípios de sagrada dedicação à causa pública, merecedores do sufrágio popular, enquanto pertenciam à Oposição. De repente, apenas porque fizeram uma outra opção partidária, e um novo quadro da vida política brasileira, passaram a ser considerados como corruptos, sem caráter, e até indignos dos sufrágios que receberam.

Se as armas da injúria, da difamação e da calúnia são hoje disparadas contra companheiros até ontem enaltecidos, pergunto, como esperar o respeito pela dignidade e pela honra do adversário, comesinho dever de convivência nas sociedades civilizadas.

Aí está a justificativa e a explicação para o procedimento vil com que foi tratado nesta Casa o Governador do Estado. No episódio em que foram conspurcadas as tradições de serenidade e decôro do Legislativo, com endosso de alguns dos seus Deputados a cartas anônimas e denúncias sem autor, sem provas, e até levianas.

Lembro, naquela oportunidade, um aparte do Senhor Deputado que tem tido uma conduta inatacável nesta Casa, mas que, naquela oportunidade, perdeu-se no aparte. Foi o nobre Deputado José Tavares. Sua Excelência, sem nenhum conhecimento de causa, afirmou em aparte o pronunciamento de seu companheiro de bancada, que as calúnias assacadas à mais alta autoridade do nosso Estado, tem por base documentos e depoimentos da CGI. Ora, reputo; esta afirmação não é verdadeira. Nunca existiram, na verdade, documentos nem depoimentos, existiu sim um dossier anônimo que é a arma dos covar-

des, de todos os covardes, elaborados por indivíduos sem a necessária coragem para fazer acusações diretas, com medo é claro, de assumir a responsabilidade pelo que dizem.

Um dossier apócrifo, como ficou plenamente demonstrado na época, por resultados do inquérito levado a fundo pela CGI, Comissão Geral de Investigações, na expressão utilizada pelo "Paraná Repórter".

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concederia um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei a Vossa Excelência. E aí está Senhores Deputados, a contradição fundamental que demonstra, a qualquer cidadão de bom senso e que analisa o episódio à procura da verdade.

Como existiram distorções deliberadas dos fatos, na matéria publicada pelo órgão que iludindo a boa fé dos menos avisados, se apresenta como o porta-voz da verdade, defensor dos interesses sociais e opção para a coletividade de um jornalismo sério e responsável.

Raciocinemos com lógica e não com a cegueira, que o radicalismo político e ideológico estão a provocar.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Uma denúncia sem autores, consubstanciada num relatório anônimo, é encaminhada à CGI, órgão criado para apurar atos de corrupção e subversão. Cada uma das acusações é refutada com exaustiva, completa e irresponsável documentação. Cópias autênticas de contratos, atas, editais, relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito, instaladas nesta mesma Casa, certidões e resoluções do Tribunal de Contas, na época integrado por maioria adversária do Governador Ney Braga, depoimentos de personalidades políticas do Estado de ilibada e inquestionável reputação, Diários Oficiais do Estado, históricos de empresas, documentos da junta comercial, todos esses documentos comprovadamente autênticos, foram na época oportunos, encaminhados naquela temível CGI, entre aspas é claro, algumas delas até mesmo infantis. Simples cópias de publicações do tipo Paraná Repórter, outras, em afirmações também mentirosas e sem fundamento, de políticos levianos que na época em pronunciamentos oposicionistas de oportunismo eleitoral.

A imagem e semelhança dos que hoje estão sendo feitos, procuravam denegrir o grande Governo, que inegavelmente foi realizado por Ney Braga no início da década dos anos 60. E o conceito de administrador eficiente e honrado que Sua Excelência construiu perante a opinião pública do nosso Estado, alicerce da liderança política incontestável que até hoje exerce.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O jornal que deu origem ao discurso do nobre Deputado Fiori Luiz, afirma, sua defesa deve ter sido muito convincente. Concorro, claro o Paraná todo concorda, a defesa do Governador Ney Braga foi irrefutável, como provam alguns fatos.

Denunciava-se que o Governo contratara com uma firma empreiteira, de propriedade de parentes do Governador, a construção de uma estrada. Ficou provado no decurso das investigações, que o referido contrato fora assinado 45 dias antes do início do Governo, ainda na administração anterior, politicamente adversário na administração do ex-Governador Moysés Lupion, adversário ferrenho do atual Governador Ney Braga.

Acrescente-se ainda, que foi assinado 45 dias antes do Sr. Ney Braga assumir o Governo do Estado, ainda na vigência do Governo anterior. Mas ainda, em virtude de modificações dos planos de obras do Governo Estadual poucos meses depois, do início do novo Governo, esse mesmo contrato foi modificado, perdendo aquela firma mais da metade dos serviços que tinha contratado no Governo anterior.

As denúncias, e novamente colocaria entre aspas, também afirmavam que o Governador beneficiara a mesma empresa entregando-lhe a construção de outro trecho rodoviário importante. Agora, nobres Srs. Deputados, prestem atenção ao extremo a que chegou a leviandade de tais acusações.

Na verdade a firma em questão estava encarregada desta obra, contratada e iniciada, vemjam bem a leviandade, do jornal, das acusações apócrifas e anônimas; a firma que estava encarregada desta obra contratou e iniciou oito anos antes da eleição do Sr. Ney Braga para o Governo do Estado, iniciou as obras daquela estrada, oito anos antes! Quando nem na vida pública o Sr. Ney Braga tinha ingressado.

Então pergunto: como não ser convincente a defesa feita perante o órgão que apurava tais denúncias, como não ser convincente quando outras denúncias afirmavam que o Governador entregara também para firmas vinculadas a parentes as obras da grande Usina de Capivari-Cachoeira, hoje Parigot de Souza, o maior empreendimento hidrelétrico do Estado, onde se provou que na concorrência pública realizada para esta obra, participaram as dezesseis maiores construtoras especializadas do País. E a vencedora, tradicional e respeitada empresa do setor, nada tinha a ver, nem jamais tivera com qualquer parente direto ou indireto do Governador Ney Braga.

Como não ser convincente a defesa do Sr. Ney Braga quando os acusadores anônimos afirmavam que o Governo beneficiara firma de parentes do Governo na compra de motores para esta mesma usina, quando na fase de construção em que ela se encontrava nenhum maquinário para o conjunto hidrelétrico poderia ter sido sequer encomendado e que somente uma concorrência de âmbito internacional, pelas dimensões das maquinárias, ou das máquinas necessárias, não fabricadas no País na oportunidade, poderia mais tarde em outra fase da construção atender às exigências da obra.

Como não ser convincente, quando se acusava o Governador Ney Braga de utilizar mentiras fabricando incêndios para arrecadar bilhões de cruzeiros para ajudar o seu Governo, quando o relatório de cientista, Diretor da Divisão de Controle de fogo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte, afirmou textualmente: "Considerando-se a concentração da área, o Paraná sofreu um dos maiores incêndios registrados no mundo nos últimos anos". E os auxílios encaminhados ao Estado, atingiram apenas a casa dos trezentos milhões de cruzeiros. Onde os bilhões?

E o que dizer, nobres Srs. Deputados, de acusações mais ridículas ainda, como a de que o Governador Ney Braga era comunista e autor de um decálogo com timbre vermelho com a foice e o martelo, onde estava definido o seu ideário marxista.

Chegaram a este desvario as denúncias, agora ressuscitadas pelos valorosos jornalistas de Londrina e pela pseudoprensa alternativa que com este tipo de jornalismo pretende instalar-se em nosso Estado. Seria tão difícil assim refutar acusações desse jaez e convencer aquela comissão de absoluta falta de seriedade e de fundamento das denúncias anônimas? Teria aquele órgão em face das provas apresentadas refutando todas as infâmias nos seus mínimos detalhes, outro caminho a não ser mandar arquivar o inquérito?

Não acredito, sinceramente, que qualquer cidadão de bom senso, de boa fé, com honestidade de propósitos, analisando esse episódio sem objetivo, e confesso, de provocar tumulto tenha alguma dúvida de que deveria ser este o único destino para denúncias deste tipo.

Esta é a verdade. É a verdade que nós relatamos aqui sobre o famoso dossier. São desse tipo as acusações que serviram de base ao nobre Deputado Fiori Luiz para o seu infeliz pronunciamento. E se volto a este assunto, foi porque os Anais registraram esse pronunciamento e as futuras gerações devem amanhã, ao compulsar essas mesmos Anais, verificar quão caluniosas e infamantes foram estas acusações.

Faço agora uma pergunta, deve o Governador do Estado, a cada vez que se repetem as mesmas e surradas acusações, já desmentidas, provadas mentirosas e falsas, comprovadamente feitas com finalidades escusas, deve o Sr. Governador, a cada vez, desviar o seu tempo inteiramente dedicado à solução dos problemas do Estado para debatê-las, retorqui-las, desmenti-las tantas e tantas vezes quantas forem repetidas? Acho que não.

Voltamos a este assunto hoje exatamente para que os anais, de uma vez por todas, registrem a posição da bancada do PDS com relação a este episódio.

Mais ainda, Srs. Deputados, pode o Governador Ney Braga, quando se tenta envolvê-lo da maneira como foi feita neste episódio, refutar caso a caso as acusações genéricas, difusas e nebulosas, com respostas detalhadas e específicas, onde seriam inevitavelmente envolvidos os nomes de outras pessoas que nas famosas denúncias também eram implicitamente acusadas?

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, parece até que este é um dos objetivos ocultos daqueles que de maneira contumaz, vêm repetindo a velha e desmoralizada catilinária contra o eminente Governador do nosso Estado. Trazem à esta Casa, acusações sem fundamento, sem prova, sem base, calcadas em relatórios anônimos e presumidos documentos e sugerem ao Governador que ele está na obrigação de dar uma resposta à altura.

Pois eu respondo. Aqueles que costumam falar levianamente da honra alheia, que troquem o comportamento de "comadres desocupadas" pelo de homens responsáveis. Como convém a um representante do povo paranaense. Quando quiserem acusar o Governador Ney Braga, ou qualquer dos integrantes de seu Governo, que o façam de frente, dando "nome aos bois", assumindo as responsabilidades sobre a verdade dos fatos apontados. Aceitando as conseqüências das penalidades da lei, quando forem chamados a provar o que disseram. Este é o repto que lanço, a todos aqueles que muito ligeiros a acusarem sem provas, se escondem sob o embuste de declararem que não estão fazendo acusações diretas, no sentido de que assumam a responsabilidade do que aqui trazem, sob pena de serem apontados à opinião pública do nosso Estado como manipuladores da mentira e do embuste.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, apelo a esta Casa, aos Srs. Deputados, a repudiar denúncias como as que foram feitas pela publicação "Paraná Repórter". Ao invés de lhes dar guarida, apadrinhar suas calúnias, endossa seus vitupérios; pois este caminho é uma ameaça a todos nós, políticos e homens públicos.

Fortalecer este tipo de imprensa, irresponsável, sensacionalista, é permitir que sobre as nossas cabeças esteja suspensa a espada de Dâmoqueles que a cada um de nós pode atingir de repente. Cabe a esta Casa, nobres Srs. Deputados, aprimorar o processo político. Isto somente será conseguido no momento em que a verdade for nossa arma e o respeito pelo adversário nosso escudo, contra todos aqueles que pretendem desmoralizar a instituição parlamentar.

Fica aqui portanto, o nosso repto ao nobre Deputado Fiori Luiz. Quando quiser acusar, assuma a paternidade das denúncias. Quando denunciar, prove a veracidade do que afirma. Porque um Governo que não tem condições de responder acusações quando elas são trazidas com fatos, com nomes, com datas, com dados precisos, ou consubstanciados através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, um Governo que não tenha condições a isto, não pode Governar o povo paranaense. É este o repto que eu trago aos Srs. Deputados da Oposição, na tarde de hoje. Tragam fatos. Tragam fatos para que eles possam ser discutidos à luz de documentos apresentados. Não denúncias.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). — Ouvi atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência e ele passou a chamar-me mais atenção a partir do instante em que o meu nome foi envolvido.

Efetivamente, nobre Líder do Governo, este Deputado num aparte, entendeu e continua a entender, que quando alguém é acusado de ter cometido ou de se ver envolvido na prática de algum delito, no caso a corrupção, entendo que este alguém deva responder à altura esta acusação. Não sou eu quem diz mas existe um velho adágio que diz: "Quem cala, consente". E Vossa Excelência haverá de concordar comigo que aquele jornal, em que pese ser um jornal de empresa alternativa, ele traz em letras grandes, acusações incisivas ao homem que hoje governa o Paraná, chamando-o de corrupto e corruptor.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento ter de interromper o aparte de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência está voltando o carro para traz.

Vossa Excelência sabe que eu fiz a ressalva quanto à atuação de Vossa Excelência neste Poder Legislativo. Mas não posso concordar quando Vossa Excelência diz que essas acusações tiveram por base, documentos e depoimentos, Vossa Excelência desconhece a verdade. E se Vossa Excelência desconhece a verdade, não pode discutir o assunto.

O Sr. José Tavares — Responderei a Vossa Excelência a respeito desta afirmação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento, o tempo é curto, lamento interromper o aparte de Vossa Excelência, quando o nobre Deputado Ayrton Cordeiro, também havia me solicitado um aparte.

O Sr. José Tavares — Responderei a Vossa Excelência sobre este assunto. Eu esclareço.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência está voltando o carro atrás e eu quero estabelecer... tragam provas. Concedo o aparte ao nobre Deputado Ayrton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Faz soar os tímpanos.

O Sr. José Tavares — Nobre Líder, o inquérito da CGI contém depoimentos e declarações. Então aquele General que presidiu aquela Comissão, também não presta. Agora eu diria a Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo a Vossa Excelência Tavares.

Com a palavra, continua o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo o aparte ao nobre Deputado Ayrton Cordeiro.

O Sr. Ayrton Cordeiro — Sr. Deputado Erondy Silvério. Devo primeiro considerar extremamente oportuno o pronunciamento que faz Vossa Excelência a respeito de uma matéria que na verdade poderia ser considerada vencida. Mas Vossa Excelência mencionou bem: — O pronunciamento não fora feito antes, porque o autor que gera o pronunciamento de Vossa Excelência não se encontrava neste plenário.

Considero oportuno também, porque temos observado um comportamento extremamente aéctico, daqueles que denunciam sem nenhum fundamento. Daqueles que fazem da palavra uma atitude de vandalismo verbal, que caracteriza uma oposição radical... (interrupções).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo aos nobres Deputados, que está com a palavra, em aparte, o nobre Deputado Ayrton Cordeiro.

O Sr. Ayrton Cordeiro — ... daqueles que se acostumaram a entender que a verdade tem uma face só e que a verdade sempre está do lado daqueles que estão contra. (interrupções).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa pede ao serviço de som que corte o som e passe a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, acato a decisão

de Vossa Excelência, embora o brilhante aparte do nobre Deputado Ayrton Cordeiro. Mas antes que eu devolva a palavra, com a aquiescência da Mesa ao nobre Deputado que me aparteu, eu gostaria de dizer ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, que não fui deselegante; o pronunciamento do nobre Deputado Fiori Luiz, verificou-se no dia 12 próximo passado. Sua Excelência, por motivos, talvez pessoais ou de interesse do povo paranaense, esteve praticamente ausente desta Casa, desde aquela oportunidade. É a primeira sessão em que Sua Excelência está e eu estou fazendo um pronunciamento de frente ao nobre Deputado, e o nobre Deputado Nilso Sguarezi, seria a última pessoa nesta Casa com autoridade moral para falar em elegância, tantas e tantas vezes tem sido deselegante nesta Casa, com os Senhores Membros do Partido Governista na Assembléia Legislativa, tantas e tantas vezes desrespeitando um mandato tão legítimo quanto o seu, porque outorgado pelo povo do Paraná, o povo que nos deu maioria para estar nesta Casa. Vossa Excelência tem sido até covarde na deselegância com que se houve sempre na tribuna.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- (Faz soar os tímpanos). -- (Tumulto no Plenário)

Vossa Excelência tem ainda um minuto para concluir o seu pensamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou desafiando para trazer documentos que provem a desonestidade do Senhor Governador Ney Braga. O Deputado José Tavares teve a resposta que mereceu. Ele falou de oitiva, por ouvir dizer, sem jamais ter compulsado o processo da CGI.

Falou baseado no jornal e fez da calúnia a sua arma.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, para encerrar, quero conceder o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado.

Deputado Erondy, os fatos se repetem e o adágio popular sempre temos que estar pensando nele: "Os cães ladram e a caravana passa". "Não se atira pedra em árvore que não tem fruto". As aves da rapina infelizmente campeiam no nosso País, no nosso Estado, procurando tumultuar, procurando obscurecer, mas graças a Deus, a figura do companheiro Ney Braga, como a figura do companheiro Jayme Canet Júnior, que muitas vezes foi criticado aqui desta tribuna, hoje há de ser defensável pela própria população do Estado. Eles que vejam a declaração de bens e de renda de Ney Braga e que vejam dos homens escusos, dos homens que se dizem santos, dos homens que tem auréolas para serem santos, os falsos messias e os falsos defensores da Pátria e Vossa Excelência hoje foi feliz ao refutar as declarações dessa gente que, na calada da noite, procura tumultuar o bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

Agradecemos à Vossa Excelência, e gostaríamos de dizer que "os cães ladram e a caravana passa". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, solicito de

Vossa Excelência que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Responderam à chamada 48 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar do PDS, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as diversas Comissões Técnicas desta Casa. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185/79, de autoria do Deputado AYRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Missionários da Luz", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública, a "Associação de Pais e Professores do Instituto Imaculada Conceição", com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública o "Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação ao Projeto de Lei n.º 188/79. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

42 Srs. Deputados aprovam. Nenhum Sr. Deputado rejeita. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 154/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 17/80. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nós vamos, a nossa bancada votará contrariamente ao requerimento, porquanto existe um projeto de resolução disciplinando a matéria, e que existe também uma decisão de Plenário no sentido de que não se proceda a entrega de nenhum Título de Cidadão Honorário enquanto não se decidirem aquelas duas proposições. Nesse sentido, sem nenhum demérito...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra o nobre Deputado Erondy Silvério que o presente requerimento requer regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 17/80.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente e eu estou justificando, o porquê do nosso voto contrário à urgência, enquanto a Casa não definir pelas duas proposições que estão "sub-judice".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, parece-me que a desculpa do aleijado é a muleta mesmo, Sr. Presidente. Nada tem a ver o projeto de resolução que esta Casa vai votar. Absolutamente nada com este requerimento. Parece-me, Sr. Presidente, que esta Casa aqui não existe mais. Parece-me que isto aqui virou gozação, Sr. Presidente. Nada tem a ver uma coisa com outra.

O Sr. Líder do Governo que vote como quiser, mas não venha justificar como justifica. Desculpa do aleijado é muleta, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. Rejeitado o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópias de seu pronunciamento ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo providências quanto às irregularidades verificadas no atendimento a previdenciários no Município de Joaquim Távora. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento). — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

20 Srs. Deputados aprovam; 26 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura e Política Rural e aos líderes dos diversos blocos na Câmara Federal, visando a rápida instalação da CPI da Itaipu, bem como solicita o apoio desta Casa à iniciativa do Sr. Deputado Nivaldo Krüger. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) — (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Estado do Paraná, pela sua situação geográfica, insere uma das maiores obras do século, através da Hidrelétrica de Itaipu.

Bem sabemos que esta construção já demanda um quantum de 9 bilhões e 93 milhões de dólares. Valores estes aplicados até o presente momento. Por estranho que possa parecer, este volume astronômico de dinheiro passa totalmente despercebido pela população brasileira, pois a binacional até agora não sofreu uma adequada e necessária fiscalização.

Evidentemente, Sr. Presidente, que a CPI proposta pelo Deputado paranaense, Nivaldo Krüger, também Presidente da Comissão de Agricultura e Política Agrícola da Câmara Federal, traz em seu bojo o objetivo constitucional e, acima de tudo, de interesse nacional, de se fiscalizar, se ter uma idéia correta sobre a aplicabilidade de tão volumosa quantia.

Todos sabemos que é do bolso particularizado de cada brasileiro que são retiradas as verbas que, canalizadas, acabam sendo aplicadas nesta obra binacional; como se não bastassem as informações mais dignas provam que até para a constituição do capital inicial de cem milhões de dólares da binacional, o Brasil teve que participar com 50%, emprestando ao vizinho país paraguaio, para então assim, contabilmente, se obter o valor inicial do capital daquela empresa das duas Nações.

Mas, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, em que pesem as iniciativas, já tomadas ora pela imprensa, ora por políticos, se considera impossibilitado de poder fiscalizar os documentos, as notas, e as aplicações de 9 bilhões e 93 milhões de dólares. Caberia, por dever constitucional, ao Congresso Brasileiro, ao Congresso Nacional, fiscalizar adequadamente tais aplicações. Mas tal não vem ocorrendo. Acresce-se a esse aspecto de fiscalização que como nós paranaenses, poderíamos através de uma CPI destas, saber conclusivamente quais são os ônus sociais que a obra implica. São 100 mil hectares que serão inundados das melhores terras do País, só comparáveis a uma parcela das terras da Ucrânia. São 8 mil famílias desalojadas. Temos mais de 35 mil empregados diretamente envolvidos na obra e que terão dentro de mais 3 a 4 anos, a sua despedida inevitável; e até agora não sabemos de nenhum plano social, para utilizar essa mão-de-obra que haverá de também perambular no tropel dos famintos e empregos e de alimentos neste Estado e neste País.

Também, Sr. Presidente, precisamos através de uma CPI, saber na verdade quais são os efeitos futuros do maior lago do mundo: — 30 milhões de metros cúbicos de água armazenados e que por certo desvirtuarão totalmente a atual realidade agrária e agrícola daquela região do extremo oeste do Paraná.

Obviamente, Sr. Presidente, somam-se a estes fatores, tantos outros que por até dever de consciência, cada brasileiro tem obrigação de saber, porque nós que estamos sendo onerados pela tributação cada vez mais crescente e pelas tarifas energéticas cada vez mais complexas e pesadas, haveremos de ter, não o que se fez o jogo escuro da compra da Light, mas se saber ainda agora, quando a obra está em fase de andamento, em fase final, como estão se aplicando as verbas. Como são feitos os negócios. Bem sabemos que isso tem um significado elevado, que há muitos interesses que talvez não queiram questionar este tipo de indagação. Como agora bem sabemos do movimento de bancos suíços, através da posição junto a "Brow & Boveri" para liberar verbas numa pressão absurda, cobrando as maiores taxas de riscos já pagos por um empréstimo.

Bem sabemos, Sr. Presidente, que muitas são as questões em todos os aspectos econômicos, financeiro e político e social, que não gostariam de ser questionados. Mas também bem entendemos que se o Congresso Nacional, no momento em que briga para ampliar as suas prerrogativas e sua força de Poder Legislativo, merece o apoio de todos os Parlamentos desse País e inclusive do Estado do Paraná, que é o diretamente atingido pela obra.

Obviamente, a obra pode ser para uns considerada megalomaníaca, como estrategista, outros como uma objetivação meramente de produção energética. Mas então, porque não se saber claramente a aplicação disso, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderia clarear muitas das dúvidas que nós nos referimos aqui e que compõem as justificativas desta solicitação, junto à Câmara dos Deputados.

Porisso a conclamação a esta Casa, que demos esta solidariedade a um paranaense que acima de posição partidária tem essa iniciativa de indagar quem efetivamente está fiscalizando esses 9 bilhões e 93 milhões de dólares até agora aplicados pela binacional, cujo valor, a cada dia que passa, com a desvalorização do cruzeiro como temos nos dia de ontem e de hoje, ampliam-se milhões e milhões de cruzeiros a mais, que acabam sendo onerados e caindo sobre cada brasileiro e sobre cada paraguaio. Esta a nossa posição, contando com a aprovação deste requerimento, dos eminentes Deputados de todas as bancadas, com assento nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para encaminhar a votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Nós atentamente ouvimos as palavras do eminente Deputado Nilton Friedrich. E a nossa bancada por certo haverá de aprovar o requerimento de autoria do eminente parlamentar.

Entretanto, cabe-nos o direito e a responsabilidade de dizer porque vamos aprovar e de rebater também algumas palavras do eminente Sr. Parlamentar que me antecedeu.

A Itaipu bi-nacional, como é do conhecimento de toda a Nação brasileira e paraguaia, é uma entidade formada com o capital das duas Nações e que está realmente construindo a maior obra do século no ramo da energia elétrica, e que jamais nós poderíamos ser contrários à implantação de uma indústria energética daquela categoria, mas o Deputado Nilton Friedrich, quando pede apoio para o seu requerimento, até mesmo, solicitando de todos os Parlamentares, ele vai incorrer também em erros, dizendo como não se sabe como está sendo aplicado o montante até agora recebido pela Diretoria da Hidrelétrica de Itaipu e nós sabemos que estão sendo aplicados não só na fase da concretagem da sua obra, como também, numa assistência social efetiva em todo o Município de Foz do Iguaçu, inclusive, a construção de Itaipu gerou para a nossa região, recursos a fundos perdidos que estão sendo distribuídos em diversos municípios afetados pela construção e que por certo, no futuro, terão áreas de suas terras inundadas pela Itaipu binacional, e nós, sabemos quando se refere o Deputado Nilton Friedrich, de como será depois aproveitada a mão-de-obra que ficará ociosa depois da sua construção.

A maioria dos que lá estão, são acostumados e ageitos ao trabalho de barragem. São os barrageiros conhecidos que, quando termina uma obra, eles já se encaminham para outros do mesmo ramo, de barragens de energia elétrica, e sabemos que o Governo brasileiro e diversos governos de Estado do nosso País, estão já iniciando construções de hidrelétricas em nosso País, e já estão sendo encaminhados diversos operários que constroem Itaipu, para aquelas áreas.

Há poucos dias atrás, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, já foram demitidos 10.000 operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu, que fazem parte do consórcio e não houve sequer um problema social na região, porque esta mão-de-obra já foi levada para outras regiões do nosso País e a aplicação das verbas, tanto reclamada, sabe o Deputado e a maioria dos eminentes Deputados aqui, que compareceram à construção da Hidrelétrica, que visitaram o canteiro de obras, que ouviram a palestra do Sr. Presidente José Costa Cavalcanti, com brilhantismo, com capacidade, nos deu uma aula e um ensinamento de como vai a construção da Hidrelétrica e lá sim, nós deveríamos ter debatido frente à frente, e na realidade, alguns Deputados, todos tiveram a oportunidade, como o tempo era curto, alguns Deputados ficaram sem falar.

O Sr. Nilton Friedrich — Cassaram-me a palavra. A mim foi cassada a palavra.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Mas não foi cassada a palavra dos Srs. Deputados. Não foi cassada a palavra, apenas cada Deputado tinha o direito a falar por uma vez, e Vossa Excelência queria esse direito por mais de uma vez.

Ninguém foi cassado e nós do PDS estamos ao lado do povo que está sendo desapropriado, mas dentro da verdade, sem demagogia, sem querer tirar proveito eleitoral com a construção da Hidrelétrica e nós queremos dizer, eminente Sr. Deputado, respeito a Vossa Excelência, nós vamos aprovar o vosso requerimento, mas nunca fazendo festa em nossas costas, nunca usando do pobre que está sendo indenizado para aquelas palavras e vibrantes discursos neste Parlamento. Nós queremos sim, que tudo seja fiscalizado, que o dinheiro seja aplicado naquilo que o projeto diz, e nós haveremos de assistir essa fiscalização e no futuro que os Srs. tenham conhecimento que foi aplicada essas verbas sendo necessárias e dentro do regime de homens respeitados, como o General Costa Caval-

canti, que administra aquela obra.

Nós queremos dizer a Vossas Excelências que somos acostumados a aprovar os requerimentos de Vossas Excelências, que venham de acordo com o que a comunidade exige.

E este sim, nós estamos ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está em votação o requerimento.

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente. Este País de abertura parece que está a oferecer um grande palco, um grande teatro. O teatro do palavreado fácil, dos gastos absurdos, dos engodos e dos impedimentos de que nesse País se faça, com retidão, a reflexão de todos os efeitos das obras gigantescas.

Ocorre, Sr. Presidente, que não poderíamos deixar de encaminhar este requerimento, exatamente porque, o seu objetivo, é da mais alta significação social, política e econômica para o País. Ele pretende lastrear uma pretensão, porque a Câmara Federal, seria o foro competente para buscar os objetivos previstos neste requerimento.

Mas, não poderíamos, Sr. Presidente, deixar de dizer e contestar até, que as posições adotadas pela oposição durante os longos anos de construção desta absurda usina de Itaipu, não foram apenas dos meia dúzia de parlamentares deste Poder ou do Parlamento Federal, que se sobrepuseram à construção desta usina, mas também colocaram o seu pensamento, ativaram o seu raciocínio na busca de melhores soluções para o País, no campo energético. Levantaram contra ela uma gama considerável de técnicos da área.

Mas Itaipu, Sr. Presidente, no seu início, a previsão de gastos estava orçado na ordem de 2 bilhões e meio de dólares; depois passou para 4 bilhões de dólares, hoje a previsão, Sr. Presidente, circunda a astronômica quantia de 12 bilhões de dólares. E o que nós estamos vendo é que a corrupção lá, de uma forma generalizada na intra-fronteiras, não tem mais limites. E provavelmente nos próximos dias, Sr. Presidente, devo encaminhar um documento que certifica o desvio de caminhões de ferro que saem das siderúrgicas paulistas e ultrapassam as fronteiras, e perdem-se, quem sabe, nas matas paraguaias.

E há pouco o Deputado Tércio Albuquerque dizia, daqueles que verberam apenas no Parlamento, para ganhar votos. É só verificar as urnas de Foz do Iguaçu, analisar as votações de Foz do Iguaçu, para se ter a conclusão de que a maior parte da votação que Sua Excelência teve, foi carreada através de companhias que lá estão trabalhando no canteiro de obras. E ademais, Sr. Presidente, não quero me ater a esse problema específico de corrupção eleitoral. Eu quero declarar, Sr. Presidente, que a incompetência do Governo brasileiro é assombrosa e assombroso também esse projeto, cujos engenheiros não tiveram sequer a capacidade de determinar o rotor das turbinas que vão gerar esta energia.

Foi preciso criar uma polêmica, Sr. Presidente, não sabiam sequer a rotação que ia mover aqueles geradores de energia elétrica. Não sabiam como iam construir, qual o tipo de rotor, se do modelo Francis, de modelos outros que são conhecidos na técnica internacional. A maior usina deste planeta; e os técnicos não haviam definido. E o pior de tudo, Sr. Presidente, as vozes abalizadas da contestação técnica de nível internacional, dizendo que esta usina sofrerá as consequências dos desastros e erros, no curso de vinte anos.

Mas não quero ficar no problema apenas da técnica. Acontece, Sr. Presidente, que as terras que o Paraná está perdendo e perderá, são das mais produtivas de todo o planeta terrestre. As regiões de maior produtividade de todo o Estado do Paraná São 800 quilômetros quadrados de terras paranaenses que vão ser inundadas. Aí está, Sr. Presidente, um primeiro e incontestável argumento. As terras mais férteis deste Estado do

soterradas ou submersas nas águas da represa.

E qual a indenização que o Estado do Paraná teve ou terá? Qual é a posição do Governo do Estado do Paraná para reivindicar as indenizações, não só para o Estado mas também para os municípios que precisam ser compensados desta perda incomparável, desta perda social, desta perda econômica? E os agricultores? São mais de oito mil famílias que saem, que migram para outras partes do território brasileiro, território paraguaio, território argentino.

Sr. Presidente, não é possível nós assistirmos mudos e omissos a este palco, dizia no começo, de acontecimentos esdrúxulos, sem nenhum critério de lógica, de raciocínio coerente com o futuro, de respeito à natureza, de respeito aos segmentos da história de todo este País, Sr. Presidente.

Mas o pior de tudo é que o Deputado Tércio Albuquerque vem justificar uma usina desta, dizendo que os municípios estão recebendo a Fundos Perdidos quantias vultosas para satisfazer as suas necessidades. Sr. Presidente, é o desalento que nos acode. Este País que vive sem Constituição, este País que viveu e vive ainda 16 anos de arbítrio, este País não tem critério nem respeito à sua população, e se vê agora lesado cada vez mais em seu patrimônio físico, moral e cultural. A Constituição precisa ser reformada e principalmente implantada uma reforma tributária e fiscal neste País. É exatamente isto, Sr. Presidente, que precisa ser feito e não usinas para justificar a busca de recursos a Fundos Perdidos ou para deixar um marco histórico desta conturbada época, só para consagrar um movimento militar apelidado de revolução.

A necessidade é eminente, Sr. Presidente, de reforma dos costumes políticos, de reforma de base neste País e é preciso que se construam usinas, mas não do porte de Itaipu. Mas no caso, o Parlamento brasileiro é competente para discutir problemas de natureza da soberania nacional, porque nada pode estar acima dos interesses da pátria. E os acordos que violam este princípio são ilegítimos e nulos.

E agora mesmo nós estamos assistindo calados o problema de que fala-se ser a Bi-Nacional Itaipu Supracional, e por isso não pode sofrer o crivo e nem tão pouco a fiscalização dos parlamentos, seja brasileiro ou seja paraguaio. Não há, Sr. Presidente, no Direito Público Internacional, qualquer obstáculo para que esses países corrijam os erros e façam a fiscalização na aplicação de verbas públicas. E é esta a posição que nos revolta, Sr. Presidente.

E aí está o desprazer com que o Governo tem engendrado fórmulas: para soterrar a competência, para soterrar e escamotear a capacidade do parlamento brasileiro, impedindo o seu exercício, impedindo que ele desempenhe este munus determinado pela civilização de todos os povos, Sr. Presidente. Essa fórmula é usada apenas nos regimes totalitários que se afirmam na base da prepotência e que nega o princípio de sentimento patriótico e nacionalista. Negar ao parlamento a competência de fiscalizar a aplicação de recursos orçamentários, é o mesmo que negar ao povo o direito à liberdade e isto equivale à subversão, de uma ordem natural.

Por esta razão me revolto quando se fala em Abertura, ao mesmo tempo que no Parlamento assistimos homens ligados ao Governo a defender Gerais, que estão ganhando duas vezes, como General de Reforma e como homens de empresa.

Sr. Presidente, não é só General, não. Está cheio de técnicos neste Brasil que têm três ou quatro rendimentos, sem ao menos comparecer no emprego. E os pobres coitados daqueles bóias-frias, daquele migrantes que saem das áreas inundadas, sem ter para onde ir . . . Isto revolta, Sr. Presidente, por isso é que chamo esta situação de palco semelhante às tragédias gregas. Por isso não há como negar a aprovação do requerimento.

E esta revolta não é manifestação de campanha eleitoral, não. Revolta de ter que se ver o povo vivendo na miséria em de-

trimento de grandes fortunas que estão se fazendo em vima das distorções que estão acontecendo no Brasil, baseadas nos hediondos modelos econômico, social e político, principalmente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para Encaminhar) Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Não é a primeira vez que este importante tema da construção da maior hidrelétrica do mundo, de Itaipu, está sendo tratado no Congresso Nacional e mesmo nesta Assembléia e em tantos outros foruns de debate. Lembro aqui a CPI de Desparanização em que trouxemos, na época, um depoimento, e perguntávamos qual a vantagem, o que sobraria para o Paraná. A pergunta até hoje não foi respondida.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos levantou os mesmos problemas e até hoje uma resposta oficial não foi obtida.

O pronunciamento do Senador Brossard, na época em que Itaipu estava tramitando no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado e que foi transcrito em seu livro "Ballet Proibido" ele dizia que este projeto de tamanha importância - não só de importância como também em tamanho físico e em gasto que daria para a Nação, passou por assim dizer, de noite pelo Senado. Por questão de minutos.

Foram questões de minutos, também que tivemos nós, quando da visita oficial a Itaipu Binacional, nos canteiros de obras em Foz do Iguaçu, tivemos praticamente trinta minutos para que trinta ou mais Srs. Deputados que ali estivessem, pudessem formular suas perguntas. Inclusive ironizei a um jornalista que me perguntava sobre a obra, e eu dizia: — é tão grande que é possível discutí-la em trinta minutos apenas entre os Deputados.

Portanto, não nos deixaram falar quando estivemos lá. Inclusive nos pediram, na ocasião, que qualquer pergunta fosse formulada por escrito. E não fô só uma vez que escrevemos ofícios, cartas, pedindo informações. E estas, vinham com deslizos, sem os dados objetivos.

Agora, devo dizer e baseio-me numa fonte segura, que é a Comissão Pastoral da Terra, que é a Igreja Católica e Luterana que estão trabalhando lá naquela região, não somos nós Parlamentares que inclusive nesta Casa não temos nem janelas para saber se o tempo lá fora está chovendo ou tem sol, mas são aqueles pastores e padres, preocupados com o seu rebanho, que estão enfrentando o sol, a chuva, a poeira, e o calor, visitando diariamente e convivendo com estes problemas, que dizem e afirmam que Foz do Iguaçu está passando por grandes problemas sociais.

Foi o Bispo Dom Olivo, de Foz do Iguaçu, que na sua Diocese, numa pesquisa de levantamento feito, disse que havia trinta mil favelados em Foz do Iguaçu, logo após que iniciou a construção da obra e atraiu toda esta mão-de-obra.

Portanto, dizer aqui que Itaipu não gerou e não vai gerar problemas sociais, é leviandade. Não é verdade, porque aqueles que estão lá trabalhando, sentindo na pele o problema do povo, sabe dos inúmeros problemas sociais que está criando o próprio processo de desapropriação. E não é a primeira vez que eles vêm denunciando. Agora ainda recentemente, o Secretário da Pastoral da Terra, Werner Fucks, que não está atrás de votos e não fala em termos eleitorais, mas que fala porque vive os problemas na região e convive com aquele povo, está denunciando de que ainda não se tem solução para os 1.800 posseiros que existem na área.

Enquanto que o Governo Ney Braga anuncia com júbilo as titulações em outras regiões, inclusive no sudoeste, nós temos lá uma região que está carecendo com tamanha urgência, que sejam legalizadas as terras para que possam receber, mas essas áreas estão completamente abandonadas, tanto pelo INCRA,

pelo ITC e por tantos outros.

Foi-nos prometido para abril, uma solução. No entanto, a solução caiu mais uma vez fora das áreas dirigidas pela Itaipu. Portanto, dizer que não existem problemas sociais, que não vai gerar problemas sociais, é desconhecer a verdade, os fatos "in loco". E a Comissão da Agricultura da Câmara Federal, quando esteve visitando a região, juntamente com o Deputado Mazurek, entendeu da necessidade da formação de uma CPI porque lá estiveram respirando o pó sob o mesmo calor, em debates, em reuniões, com agricultores que estavam sendo atingidos pela ITAIPU e que estavam protestando pelas baixas indenizações. Lá tiveram oportunidade de ver de perto, "in loco", o grande problema que criará para o futuro. E por isso, acredito que a CPI poderá nos dizer se, realmente, há problemas sociais, ou houve ou haverá. Eis porque nós podemos dizer que não são procedentes as acusações, de que somente se fala em Itaipu por motivos eleitorais. Pelo menos a Igreja e o Bispo de Foz de Iguaçu, estariam isentos disso. E ele fala praticamente a nossa linguagem, no tocante aos terríveis problemas que está criando Itaipu Bi-Nacional.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Creio que este assunto referente à constituição de uma CPI por parte do Congresso Nacional, para analisar os benefícios da construção de Itaipu e também os prejuízos que especialmente o Paraná terá com a construção dessa obra, devem ser analisados num plano muito mais racional, do que emocional, ou partidário.

Creio, Sr. Presidente, que o Paraná deve se unir, independentemente da coloração partidária dos seus homens públicos, para defender algumas teses que interessam à economia paranaense.

Dentre essas teses, que interessam à economia paranaense, creio que o problema da indenização não só sob o aspecto social do desapropriado, mas sobretudo por aquilo que o Paraná perderá em função da vocação econômica do Estado do Paraná, é preciso ser analisado. E por isso me congratulo com os Deputados interessados no âmbito nacional, em propor esta CPI. Como também proponho a esta Casa um tema que considero gravíssimo. O Paraná irá perder, com a construção das Usinas, usinas que todos nós sabemos são necessárias para a força e o desenvolvimento paranaense e brasileiro, uma área de terra equivalente a cinco por cento do seu território estadual. Quase maior parte do território agrícola, que o próprio Estado de Israel usa, para a alimentação dos seus doze milhões de habitantes. É preciso que todos nós, Parlamentares, dos quatro partidos, nos unamos, independentemente das nossas colorações partidárias, para que possamos fazer neste Parlamento também, um fórum de debates a respeito dos problemas que interessam seriamente à economia paranaense.

E eu mesmo que sou oriundo de uma região que vai sofrer e que está sofrendo seriamente os efeitos da construção de duas usinas, por parte da ELETROSUL, proponho que esta Casa, com a colaboração de todos os seus membros, faça uma comissão de alto nível; faça uma comissão especial para analisar o problema do Paraná, da economia do Paraná, que vai perder com a área inundada, não só de Itaipu, mas também de Salto Segredo, de Salto Santiago, de Salto Osório, Salto Caxias, e Salto Grande, em Guaíra.

Essas eram as ponderações que faço, Sr. Presidente, no momento em que declaro o meu voto favorável ao requerimento do Deputado Nilton Friedrich.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o

requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jurandir Messias. O SR. JURANDIR MESSIAS -- Sr. Presidente.

Apenas para colocarmos algum reparo nas posições dos debates dos Srs. Deputados.

Queria fazer lembrar, principalmente à bancada hoje do PMDB, que quando lá estivemos em visita à Binacional de Itaipu, da qual participou também elementos da bancada hoje, do PDS.

Lembro-me, Sr. Presidente, que quando percorríamos os canteiros, as obras de Itaipu, em um ônibus gentilmente cedido por aquela empresa, para o transporte, para que os Srs. Deputados, que eram os convidados, mais especificamente, tivessem a oportunidade, de mesmo à distância, observarem aquela magnífica obra.

Eu também me lembro, Sr. Presidente, que o General Cavalcanti se colocou à disposição de todos os Srs. Deputados, independentemente de partido, de cor partidária, e foram feitas inúmeras perguntas a Sua Excelência o Dr. General Cavalcanti. E eu me lembro uma, que me gravou naquela oportunidade, foi quando um dos Deputados da Oposição que encaminhou o requerimento nesta data, perguntava ao General qual o valor médio das indenizações das terras inundadas dos proprietários.

E o General, de pronto, consultando o seu Departamento Jurídico que se fazia acompanhar naquela oportunidade, respondeu: a média das indenizações, as terras inundadas, é de noventa mil cruzeiros.

E quando o General Costa Cavalcanti respondeu noventa mil cruzeiros, ele foi aplaudido, veja bem, Sr. Presidente, ele foi aplaudido por este mesmo Deputado que hoje vem aqui atacar com esta veemência e taxando Sua Excelência o Sr. General de desonesto.

Onde está a coerência deste Parlamentar, Sr. Presidente, que há menos de um ano aplaudia aquela iniciativa do Presidente da Itaipu, e hoje vem aqui criticar e censurar aquelas medidas tomadas pelo Presidente da Itaipu?

Sr. Presidente, também não é verdade que foi cassada a palavra dos Srs. Deputados.

Por questão de ética, Sr. Presidente, reservo-me ao direito de não mencionar o nome, porque estou entrando no encaminhamento de uma matéria. Por questão de ética, deixo de mencionar o nome do colega.

Mas também, Sr. Presidente, por um outro mesmo colega que no encaminhamento da matéria dizia que teve a sua palavra cassada pelo General, quando o mesmo democraticamente, gentilmente, nos fazia uma demonstração com fotografias, com filmes da montagem do projeto de Itaipu e que naquela oportunidade nos concedeu o direito a todos os Deputados, para que fizesse somente uma pergunta ao Sr. General Costa Cavalcanti e teve realmente um Deputado que fez três perguntas e que duas ele respondeu, na terceira, ele pediu a esse Deputado que desse a oportunidade aos demais que estavam presentes.

Não houve cassação de palavra; o que houve, Sr. Presidente, foi, não digo intolância, mas a falta de coragem da Oposição, de dizer a Sua Excelência o General, que não concordavam com a construção, porque ali havia ilegalidade, porque ali havia coisas que não se deveriam publicar e que hoje trazem a Plenário, na ausência do General Costa Cavalcanti, que também veio a esta Assembléia e também se submeteu ao crivo da Oposição.

Então fica aqui, Sr. Presidente, a minha declaração de voto. Votarei contra. Votarei contra todos os requerimentos que pretendam criações de CPIs, porque entendo que nenhuma delas, até hoje, Sr. Presidente, trouxe qualquer fruto, qualquer benefício a esta Casa e ao povo do Paraná.

É balela, é demagogia da Oposição que, não tendo o que

fazer, não tendo compromisso a atender nos seus gabinetes, se preocupa com CPIs que não trazem benefício nenhum e eu tenho certeza que após o resultado dessa, eles vão bater palmas e vão aplaudir o relatório final dessa CPI.

Por isso, voto contra e votarei contra sempre, Sr. Presidente, porque acho uma incoerência muito grande, dos Srs. Deputados da Oposição.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Como fui um dos felizes convidados de Itaipu e um dos que foram favorecidos pela mordomia, em muito boa hora levantada pelo ilustre Líder do Governo nesta Casa, que, não tendo acompanhado a delegação, aqui mencionou nos jornais, a mordomia que se fazia presente naquela excursão, gostaria de registrar, nesse momento, essa manifestação daquilo que nós ouvimos nesta discussão.

Primeiro o Parlamento entregando alguma coisa de si; segundo, a união de forças de todos os partidos, e eu senti com muita satisfação o voto favorável de inúmeros Srs. Deputados do PDS, mas gostaria também de deixar registrado quão mal vai esse País, porque, de tanto ver os militares mandarem, de fato a excursão da mordomia foi uma operação militar: seis horas, ônibus; seis e quinze, tal lugar; sete horas, café.

No final, Sr. Presidente, quinze minutos para discussão, sem prorrogação. Uma pergunta para cada Deputado, como se fôssemos cabos ou meros sargentos. Portanto, aquilo foi meramente uma visita, uma excursão, e eu felicito agora de público, o Sr. Líder do Governo, que não foi, e que disse que lá nós fomos numa grande mordomia. E não passou disto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer ao nobre Deputado Deni Schwartz, pela oportunidade que me proporciona de esclarecer e corrigir declarações que foram distorcidas pelo repórter que me entrevistou na oportunidade, embora o respeito que me merece aquele repórter, mas quando me perguntou, na oportunidade, as razões pelas quais eu não acompanhei a comitiva da Assembléia Legislativa que faria uma visita a Itaipu, eu disse que quando eu quisesse conhecer a usina, iria às minhas expensas e com meu próprio dinheiro, que eu era contrário a manifestações dessa natureza.

Porque o País vive efetivamente uma fase muito difícil na sua vida econômica, e o Governo deve de uma vez por todas, eliminar todas as despesas inúteis e desnecessárias. Ninguém falou em mordomia, porque essa é uma palavra que eu nunca usei, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Apenas disse, minha opinião pessoal, que repeti hoje nesta Casa. Mas, com relação ao requerimento que ora nós estamos encaminhando à votação, é questão aberta para a bancada do PDS nesta Casa.

Eu votarei favoravelmente ao requerimento, porque sempre tive comigo que, Governo que não pode justificar os seus atos, não merece governar um povo. Eu repeti isso há pouco da tribuna, embora eu não concorde aqui, com algumas colocações feitas pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, para mim surpreendentes. Porque reconheço em Sua Excelência, um Parlamentar educadíssimo, além da sua cultura, além do seu brilhantismo e do seu grande espírito público, e fiquei surpreso quando ele investiu contra um colega nesta Casa. Talvez a falta de argumentos mais convincentes, acusando o nobre Deputado Tércio Albuquerque, de ter tido a sua eleição facilitada por empreiteiras da Binacional Itaipu.

Ora, são acusações ao meu ver, levianas, porque deveriam ter sido feitas na devida oportunidade, ao Tribunal Regional Eleitoral. Existe a lei para dirimir essas questões, e não é justo que hoje se assaque contra a respeitabilidade de um companheiro que apenas expendeu o seu ponto de vista, da mesma forma

o nobre Deputado Adalberto Daros ao encaminhar a votação de seu requerimento, também foi descortês. Porque nós entendíamos naquela oportunidade, que não deveríamos votar uma honraria a este grande Papa que hoje é um nome universal, pelo muito que ele tem feito pela humanidade.

Não deveríamos votar num regime de açodamento, num regime de urgência, quando sabemos, conhecemos o programa da estada de Sua Santidade o Papa, no Brasil, sabemos que o seu programa está cronometricamente registrado pelo Itamarati, e que não haveria oportunidade para que Sua Santidade o Papa viesse a esta Casa receber o título. Nada justificando o assodamento, a urgência mesmo, porque temos disposições regimentais e de lei que regulam a concessão dessas honrarias. E uma dessas exigências é a apresentação do "curriculum vitae" do cidadão a ser homenageado. Onde o currículo do Papa para ser votado em Regime de Urgência?

Portanto, são posições que cada um toma de acordo com o seu comedimento pessoal, de acordo com a sua postura, de acordo com o seu raciocínio, não merecendo por isso, admoestações violentas, deselegantes, como a que sofreu hoje o nobre Deputado Tércio Albuquerque, Primeiro Vice-Presidente desta Casa. Parlamentar honrado que vem exercendo com brilho, com dignidade o seu mandato, brilhantíssimo, aliás, porque todas as vezes que ele intervém nos debates desta Casa, faz valer o seu bom senso, a sua inteligência.

Portanto, Sr. Presidente, eu lamento profundamente que Sua Excelência tenha sido ofendido como foi, hoje, logo por um Deputado que eu considero um dos melhores Deputados do Paraná, um Deputado que tem realmente grande espírito público, elegância, educação, cultura, lhano no trato, perdeu-se hoje, lamentavelmente perdeu-se.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. RENATO BUENO — (Pela ordem) Sr. Presidente, faço questão que conste em ata o meu voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem. Eu também queria votar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, sugerindo a criação do Programa de Apoio ao Agricultor (PROA). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo esclarecimentos sobre as razões que motivaram a não entrega do imóvel, onde está localizada a Companhia Estearina Paranaense, em agosto de 1979, conforme estipulado em contrato. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que provam, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 15 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 09, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 185, 187 e 188/79.
Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Antônio Del Ciel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 149/79 — de autoria do Sr. Deputado José Tavares, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Miguel Couto, da cidade de Londrina. PROJETO DE LEI Nº 150/79 — de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade de Vera Cruz do Oeste. — APROVADAS —. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

PORTARIA Nº 217/80

revogar a Portaria nº 872/79, de 28 de dezembro de 1979, na parte que se refere à funcionária FLORENCE DE PÁDUA, ora à disposição deste Poder, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado João Elísio Ferraz de Campos.
(Protoc. nº 1449/80).

PORTARIA Nº 218/80

transferir para 1º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, à funcionária ROSÁRIA CARDOZO DE LIMA, matrícula nº 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. nº 1279/80).

PORTARIA Nº 219/80

transferir para o período de 1º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia: NEUZA ALVES DE OLIVEIRA — Mat. 082
DARCI ANTÔNIO BUDEL — Mat. 062
(Protoc. nº 1286/80).

PORTARIA Nº 220/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ ANTÔNIO CARON, matrícula nº 301, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 1447/80).

PORTARIA Nº 221/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da

Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, matrícula nº 355, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 1516/80).

PORTARIA Nº 222/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GILBERTO DAROS, matrícula nº 517, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 1512/80).

PORTARIA Nº 223/80

transferir para 1º a 30 de agosto do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 134/80, ao funcionário ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula nº 055, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. nº 1285/80).

PORTARIA Nº 224/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula nº 293, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 1513/80).

PORTARIA Nº 225/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula nº 152, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 24 de maio de 1972 e 24 de março de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei 6174, a partir de 24 de janeiro de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).
(Protoc. nº 427/80).

PORTARIA Nº 226/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EMILIA DE MIRANDA BECKER, matrícula nº 374, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Adminis-

tração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.
(Protoc. n.º 1533/80).

PORTARIA N.º 227/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n.º 045, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1968, 1971 e 1972, que deixou de gozar.
(Protoc. n.º 874/80).

PORTARIA N.º 228/80

conceder à funcionária IRACILDA SILVA SERTÓRIO, matrícula n.º 247, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1980, a partir de 06 de março de 1980.
(Protoc. n.º 1635/80).

PORTARIA N.º 229/80

conceder à funcionária MARIA LEONILDA ROCHA, matrícula n.º 427, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1980, a partir de 04 de março de 1980.
(Protoc. n.º 1436/80).

PORTARIA N.º 230/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GABRIEL LUIZ FRANCHESCHI, matrícula n.º 512, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar; e,
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 11 de outubro de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).
(Protoc. n.º 999/80).

PORTARIA N.º 231/80

designar SILVIO SORBARA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno, até 31 de dezembro de 1980.
(Protoc. n.º 1484/80).

PORTARIA N.º 232/80

transferir para 1.º a 30 de julho do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula n.º 507, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n.º 1504/80).

PORTARIA N.º 233/80

transferir para 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 775/79, ao funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n.º 045, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n.º 1289/80).

PORTARIA N.º 234/80

transferir para 1.º a 30 de dezembro de 1980, as férias concedidas pela Portaria n.º 774/79, ao funcionário JORGE KUDRI, matrícula n.º 286, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n.º 1193/80).

PORTARIA N.º 235/80

revogar a Portaria n.º 240/79, de 04 de abril de 1979, na parte que se refere à funcionária ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n.º 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Departamento Administrativo.
(Protoc. n.º 1596/80).

PORTARIA N.º 236/80

conceder à funcionária MARIA MOREIRA MACENO, matrícula n.º 220, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de março de 1980.
(Protoc. n.º 1677/80).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de março de 1980.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
Diretor Geral

MÊS DE MARÇO DE 1.980

DÉBITO	CRÉDITO
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A	
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
CONTA POUPANÇA	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.	
CONTA POUPANÇA	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.	
PRAZO FIXO	
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
PENSIONISTAS	
MATERIAL DE CONSUMO	
SEGUROS	
	RENDAS DIVERSAS
	RENDA DE CONTRIBUIÇÕES
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	S O M A
2.163.737,72	832.954,94
7.000.000,00	1.805.817,23
422,65	2.638.772,17
25.000.000,00	44.066.295,87
11.075.134,67	
45.239.295,04	
30.100,00	
1.405.737,00	
6.860,00	
23.076,00	
1.435.673,00	
S O M A	S O M A
46.705.068,04	46.705.068,04

Reconhecemos a exatidão do presente balancete, somando a importância de “Quarenta e seis milhões, setecentos e cinco mil, sessenta e oito cruzeiros e quatro centavos”.

PRESIDENTE